



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 85

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE JUNHO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo.....	Deputado Valdir Rossoni
PFL.....	Deputado Plauto Miró
PTB.....	Deputado Valdir Rossoni
PMDB.....	Deputado Orlando Pessuti
PPB.....	Deputado Augustinho Zucchi
PT.....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT.....	Deputado Edgar Bueno
PL.....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN.....	Deputado Emerson Nerone
PSDB.....	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zamusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró - Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - José Tavares - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 55ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
16 DE JUNHO DE 1998**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zamusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 024/98

Curitiba, 03 de junho de 1998.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar à Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar o Fundo Estadual de Investimentos em Crédito Produtivo Popular - Banco da Família, destinado ao apoio e financiamento de microempresas e empresas de pequeno porte, visando a geração de empregos, ocupações e renda e a elevação da produtividade dos empreendimentos apoiados.

A medida consubstanciada no plano de lei ora proposto, consulta aos superiores interesses da Administração e da coletividade, eis que ensejará o advento de novos mecanismos de estímulo à geração de empregos e renda às pequenas empresas, importantes segmentos da área econômica produtiva do Estado.

Vale destacar o fato de que o anteprojeto de lei em causa contém dispositivo expresso no sentido de assegurar acesso aos recursos do Fundo, de pessoas físicas ou jurídicas, dos setores formais ou informais da economia, de cooperativas e de entidades de outras formas associativas de produção ou de trabalho.

Na formação do Fundo, cuja criação constitui objeto desta proposição, haverá participação do BNDES, cabendo ao Estado contrapartida máxima de 30% e de 20% ao município participante, sobre o montante da linha de crédito aplicada pelo referido BNDES.

Concluindo, é importante mencionar que a matéria foi preliminarmente apreciada pelos órgãos competentes do Estado, inclusive pela Procuradoria Geral do Estado, cujos estudos e análises opinaram pela plena viabilidade da medida, por estar legal e constitucionalmente respaldada.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica criado o Fundo Estadual de Investimentos em Crédito Produtivo Popular - Banco da Família, destinado ao apoio e ao financiamento de pessoas físicas, microempresas e empresas de pequeno porte, visando a geração de empregos, ocupações e renda e a elevação da produtividade dos empreendimentos apoiados.

Parágrafo Único - Equivalem-se, para fins desta lei, as expressões Fundo Estadual de Investi-

mentos de Crédito Produtivo Popular, Banco da Família e Fundo de Crédito Produtivo.

Art. 2º - O Fundo Estadual de Investimentos em Crédito Produtivo Popular será constituído:

I - por dotações orçamentárias que lhe forem destinadas;

II - por receitas decorrentes de aplicações no mercado financeiro dos recursos que o constituem;

III - por recursos oriundos de instituições nacionais e internacionais;

IV - por retorno dos financiamentos concedidos;

V - por recursos depositados pelos municípios associados;

VI - por recursos depositados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES;

VII - outros recursos.

Art. 3º - Terão acesso aos recursos do Fundo as pessoas físicas ou jurídicas, do setor formal ou informal, da economia e cooperativas ou outras formas associativas de produção ou de trabalho, definidas em regulamento específico.

§ 1º - Os recursos do Fundo poderão ser utilizados em investimentos fixos e/ou capital de giro, associado ou não ao investimento, conforme critérios, normas e proporcionalidade a serem estabelecidos pelo Conselho Estadual do Trabalho, que poderá delegar atribuições aos Conselhos Municipais do Trabalho.

§ 2º - Fica proibida a utilização dos recursos do Fundo: para financiamento de atividades do setor público, no pagamento de dívidas, em despesas correntes, na aquisição de veículos de passeio, em investimentos sob a forma de capacitação, treinamento ou assistência técnica, em atividades do setor rural e em quaisquer atividades proibidas por lei.

Art. 4º - O Fundo é um fundo contábil, de natureza financeira, vinculado à Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho - SERT.

Art. 5º - O Fundo será administrado pela Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho - SERT, conforme diretrizes, prioridades, critérios, fluxos e procedimentos estabelecidos pelo Conselho Estadual do Trabalho e, no âmbito municipal, em caráter suplementar, pelos Conselhos Municipais do Trabalho.

Art. 6º - Fica eleito o Banco do Estado do Paraná como agente financeiro conveniado pelo Estado para servir como intermediário na aplicação dos recursos do Fundo.

Art. 7º - Fica criado o Comitê Estadual de Crédito, órgão responsável, em nível estadual, pelo acompanhamento do desempenho do Fundo e da aplicação adequada dos recursos pelos municípios participantes e será composto pelos seguintes membros, nomeados pelo Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho:

I - 1 (um) representante da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho - SERT;

II - 3 (três) representantes do Conselho Estadual do Trabalho, sendo 1 (um) da classe dos trabalhadores, 1 (um) da classe dos empregadores e 1 (um) do poder público estadual, indicados pelas respectivas bancadas.

§ 1º - O Comitê Estadual de crédito atuará através de Comitês Municipais de Crédito, responsáveis, no âmbito municipal, pela aprovação dos financiamentos e avais, que serão compostos, em cada município participante, por:

I - 1 (um) agente operacional do Sistema Público de Emprego;

II - 3 (três) representantes do Conselho Municipal do Trabalho, sendo 1 (um) da classe dos trabalhadores, 1 (um) da classe dos empregadores e 1 (um) do poder público municipal, indicados pelas respectivas bancadas.

§ 2º - Os Comitês Municipais de Crédito serão instituídos, mediante resolução, pelos Conselhos Municipais do Trabalho de cada município participante e seus componentes nomeados pelo Comitê Estadual de Crédito, conforme critérios, fluxos e procedimentos a serem estabelecidos pelo Conselho Estadual do Trabalho.

Art. 8º - Na concessão de financiamentos, serão observadas as diretrizes, prioridades, critérios, fluxos, procedimentos, encargos financeiros e outras medidas pertinentes, estabelecidas pelo Conselho Estadual do Trabalho, por meio de Resoluções.

Art. 9º - Para operacionalização das atividades do Fundo, a Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho prestará todo o apoio técnico e administrativo necessários à consecução dos objetivos do Fundo, desenvolvendo atividades de acompanhamento, avaliação, qualificação profissional, capacitação técnico-gerencial e prestação de assistência técnica aos empreendimentos beneficiados.

Art. 10 - São requisitos básicos a serem preenchidos pelos municípios participantes do Fundo:

I - instituição e funcionamento do Conselho Municipal do Trabalho, de composição tripartite e paritária de trabalhadores, empregadores e administração pública estadual, nos moldes previstos na Resolução nº 63, de 19/04/95, do CODEFAT e suas

alterações, bem como nas disposições constantes das Resoluções emitidas pelo Conselho Estadual do Trabalho;

II - alocação de recursos próprios na respectiva subconta, cujo valor corresponderá a 20% do valor total da mesma;

III - disposição de agentes operacionais para atuarem no Sistema Público de Emprego;

IV - autorização, com amparo legal, para a absorção, pelo município, de eventuais prejuízos decorrentes das obrigações não autorizadas pelos beneficiários, até o limite de participação do município na respectiva subconta.

Art. 11 - São funções básicas do agente bancário prestador de serviços ao Fundo, a serem estabelecidas em convênio:

I - abertura de conta vinculada, para depósito dos recursos;

II aplicação das disponibilidades no Fundo Banco do Brasil extramercado ou outro de rentabilidade equivalente, aceito pelo BNDES;

III - abertura de subcontas relativas a cada município que aderir ao Fundo;

IV - fornecimento à Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho de informações, extratos e relatórios periódicos indispensáveis ao acompanhamento e controle da movimentação dos recursos do Fundo de Crédito Produtivo.

Art. 12 - São atribuições do Conselho Municipal do Trabalho, nos aspectos concernentes ao Fundo:

I - conhecer a vocação econômica do município diagnosticando a realidade municipal no campo do trabalho e vislumbrando as potencialidades econômicas e empregatícias do município;

II - estabelecer diretrizes e prioridades que orientarão a Política Pública do Trabalho no município, de acordo com a sua vocação econômica e tendo em vista a articulação das atividades dentro das cadeias produtivas correspondentes;

III - criar o Comitê Municipal de Crédito, responsável, no âmbito municipal, pela autorização dos financiamentos e avais a serem concedidos;

IV - mobilizar os setores produtivos da sociedade, como industriais, comerciantes, prestadores de serviços, microempreendedores, artesões e outros que queiram investir nas atividades priorizadas pelo Conselho Municipal do Trabalho;

V - acompanhar e fiscalizar a implantação dos projetos apoiados, visando garantir a correta aplicação dos recursos e o cumprimento da finalidade precípua de gerar e manter empregos e renda;

VI - propor ao Conselho Estadual do Trabalho o aperfeiçoamento e/ou redirecionamento necessários aos programas e recursos, buscar e propor solu-

ções locais, superar eventuais barreiras e entraves político-operacionais.

Art. 13 - O BNDES poderá resgatar sua aplicação no Fundo, desde que o valor global a ser resgatado fique limitado ao total aplicado pelo BNDES, remunerado pela Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP, ficando delegada ao Poder Executivo Estadual a competência para negociar e formalizar, com o BNDES, as condições relativas ao referido resgate, observados os critérios fixados no Programa BNDES - Trabalhador.

Art. 14 - O Estado do Paraná poderá resgatar da subconta municipal as parcelas correspondentes aos recursos alocados pelo Estado (20%) e pelo BNDES (60%), estes últimos remunerados pela Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP, sempre que ocorrer inadimplência superior a 3% do valor contratado no município.

Parágrafo Único - O Estado e os municípios, desde que não se utilizem dos recursos disponíveis no próprio Fundo, terão a faculdade de efetuar depósitos extrafundo, destinados à cobertura do índice de inadimplemento previsto no "caput" deste artigo e do artigo anterior, visando assegurar a não efetivação dos resgates pelo BNDES ou Estado, respectivamente.

Art. 15 - Fica o Chefe do Poder Executivo Estadual autorizado a abrir créditos adicionais no valor inicial de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), correspondentes a 1/3 (um terço) da cota de inversão financeira feita pelo BNDES no Fundo, para atender os objetivos do mesmo Fundo, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 1º - Fica aberta a possibilidade de ampliação dos valores estipulados no "caput" deste artigo, sempre que, de comum acordo, houver a possibilidade de ampliação da inversão financeira feita pelo BNDES ou de outras fontes de recursos.

§ 2º - O valor da subconta de cada município participante será dado pelo somatório dos seguintes valores:

a) valor depositado pelo município no Fundo;

b) valor igual ao depositado pelo município, correspondente à parcela de recursos alocados pelo Estado;

c) o triplo do valor depositado pelo município, correspondente à parcela de recursos alocados pelo BNDES;

d) outros recursos, na proporcionalidade a ser estabelecida pelo Conselho Estadual do Trabalho, na eventualidade da alocação de recursos de outras fontes que não as três mencionadas neste parágrafo.

Art. 16 - A prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, relativamente à movimentação dos recursos estaduais alocados no Fundo, será feita pela Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, mediante balanço e relatórios físico-financeiros, anualmente, durante a vigência do Fundo, e ao final, em caso de sua liquidação.

Art. 17 - Em caso de liquidação do Fundo, as cotas de recursos pertencentes às entidades participantes, ativos ou imobilizados líquidos, retornarão às suas respectivas fontes.

Art. 18 - O Poder Executivo Estadual, por meio da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho e com a aprovação do Conselho Estadual do Trabalho, regulamentará a presente lei, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua publicação, bem como, atualizará, no decorrer do processo, sempre que necessário e ouvidos os parceiros envolvidos, os diversos itens do regulamento.

Art. 19 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 1130/98, da Senhora Maria Elizabeth Santiago Contreiras, Secretária Adjunta da Secretaria de Políticas de Emprego e Salário, comunicando convênio celebrado entre a União/Ministério do Trabalho, por intermédio da Secretaria de Políticas de Emprego e Salário, e o Estado do Paraná/Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, sendo intervenientes o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador e a Delegacia Regional do Trabalho - DRT/PR, objetivando alterar o Convênio/MTB/SPES/CODEFAT Nº 006/96. Ao **Conhecimento da Casa**.

Sob o nº 384/98, do Senhor Artagão de Mattos Leão, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Relatório de Atividades do Tribunal, relativo ao 1º trimestre de 1998. Ao **Conhecimento da Casa**.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1113

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após

ouvido o Plenário a dispensa de Redação Final ao Projeto de Lei nº 187/97, item 12 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 16.06.98.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1114

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 03 sessões do item 02, 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 476/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 16.06.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1115

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do item 01, 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 421/97, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante da ordem do dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 16.06.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1112

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário envio de voto de congratulações à Colônia Japonesa pelos 90 anos da Imigração - IMIN 90.

Outrossim, requero que sejam enviados os cumprimentos a ACEL e a ACROL em Londrina pela passagem desta grande data.

Sala das Sessões, em 16.06.98.

(a) JOSÉ TAVARES

Apoio: Luiz Carlos Zuk.

REQUERIMENTO Nº 1118

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de congratulações ao Jornal A Folha da Imprensa pela inauguração de novo parque com unidades Color King - 98.

Requer ainda que a decisão do Plenário seja comunicada ao Diretor Presidente do A Folha da Imprensa, Jornalista Alcy Ramalho Filho, à Rua Machado de Assis, 462 - Juvevê - CEP 80.030-370, em Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 16.06.98.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

Instalado equipamento para impressão em policromia de última geração, o jornal A Folha da Imprensa está preparado para imprimir até 36 mil exemplares por hora. Tamanha modernidade reflete a estratégia para enfrentar os desafios do próximo milênio definida pela atual direção da Folha da Imprensa.

Sob o comando do jornalista Alcy Ramalho Filho, a equipe de diretores e funcionários da Folha da Imprensa vem realizando um importante trabalho na conquista de credibilidade, oferecendo ao público informação de qualidade, tanto ética quanto gráfica.

Com esta homenagem, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná premia o esforço e dedicação da Folha da Imprensa, jornal que está garantindo o seu espaço junto aos paranaenses e à história da comunicação no país.

REQUERIMENTO Nº 1119

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos de voto de congratulações ao Jornal Folha de Londrina/Folha do Paraná pela passagem dos 50 anos de fundação.

Requer ainda que a decisão do Plenário seja comunicada a cada um dos homenageados com o voto de congratulações, ao fundador, João Milanez, ao Diretor-Superintendente, João Antonio Vieira Filho, ao Diretor Administrativo e Industrial, Antonio Carlos Macarini, ao Diretor Comercial, Lélcio Almada Vicente, ao Editor Chefe, João Arruda, à Rua Piaui, 241, Caixa Postal 841 CEP 86.010-909 - Londrina - PR; e à Diretora Regional de Curitiba, Regina Kracik Teixeira, à Rua Mauá, 1133 - Centro Cívico / CEP 80.030-200, em Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 16.06.98.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

A Folha de Londrina/Folha do Paraná comemora 50 anos de fundação. Patrimônio autêntico das lutas do Norte do Paraná, o Jornal esteve presente nas reivindicações e conquistas que tanto beneficiaram o povo daquela região e todo o Paraná.

Primeiro jornal impresso a receber o certificado ISO 9002 de qualidade, a Folha acompanhou e participou do crescimento do Paraná nesta metade de século, sempre oferecendo ao seu leitor informação com qualidade, ética e isenção.

O mais importante jornal do interior do país, a Folha de Londrina ampliou sua presença no Paraná,

lançando edição estadual que revolucionou o diálogo entre jornal e sociedade, regionalizando a informação e favorecendo a discussão dos temas de interesse dos paranaenses.

Neste momento de júbilo, esta Casa de Leis deve se juntar aos leitores e admiradores da Folha de Londrina, rendendo-lhe esta justa homenagem aos responsáveis pela cinco décadas de sucesso e inovação editorial.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 235/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, no âmbito do Estado do Paraná, a Associação de Amigos da Criança e do Adolescente do Paraná - AACAP -, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.06.98.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem o cunho de meritariamente declarar de utilidade pública no âmbito do Estado do Paraná, a Associação de Amigos da Criança e Adolescente do Paraná, entidade que desde sua formação, brilhantemente vem cumprindo sua finalidade, procurando sempre incentivar a união entre educandos, pais e educadores do IASP - Instituto de Ação Social do Paraná, assegurando condições eficientes para o aprendizado, buscando a participação da Comunidade paranaense.

Mister salientar, que a entidade vem promovendo parcerias entre o setor empresarial, aperfeiçoando a mão-de-obra e a capacitação profissional do Paraná.

Neste sentido, solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis, ao projeto de lei em epígrafe.

PROJETO DE LEI Nº 236/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica estendida aos professores ativos e inativos das Instituições e Ensino Superior, Classe Titular, nível IV, a Gratificação de Incentivo concedida pela Lei nº 11.717, de 07 de maio de 1997.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.06.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

Muitos dos professores titulares, classificados no nível IV foram responsáveis pela criação de inúmeras disciplinas, dos primeiros elencos curriculares, quando a pós-graduação era um sonho almejado por aqueles docentes desejosos de legar, através de seus conhecimentos e experiências, as futuras gerações estudantis uma universidade paranaense rica em conteúdo curricular e repletas de docentes mestres e doutores de reconhecida e ilibada reputação dentro de suas áreas de conhecimento científico.

Não é exagero cotarmos que o nível de evolução de um país se mede pela qualidade de estudos de seus cidadãos. Precisamos de Universidades fortes, com pessoal docente altamente capacitado.

Isso, só será possível se o Governo realmente investir em cursos de especialização e de pós-graduação dos presentes professores universitários, fazendo que nossas Faculdades sejam modernas e aptas à entrada do novo milênio.

PROJETO DE LEI Nº 237/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores de Canelão, com sede e foro no Município de Rio Branco do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.06.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores de Canelão, entidade que congrega os moradores de vários bairros e localidade do Município de Rio Branco do Sul, tem por objetivo estimular o espírito de solidariedade entre seus associados no sentido de desenvolver e melhorar as condições de vida dos mesmos e da comunidade.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Finda leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes, passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulto as Lideranças do PMDB, PFL, PL, PSDB.

O SR. SÉRGIO SPADA (Pela Ordem)

Iria usar da tribuna, mas em homenagem aos colegas Parlamentares que juntamente conosco vão torcer pelo Brasil e pedir para que a sorte sorria com o Ronaldinho, até porque está na hora de fazer o primeiro gol. Vou deixar de ir à tribuna, mas não poderia deixar de registrar uma posição que considero histórica, até porque estamos desfraldando a bandeira em nome de Foz do Iguaçu e do extremo Oeste do Estado do Paraná. Certamente vai repercutir muito aqui na Assembléia Legislativa a nível de Governo do Estado.

Decidimos, um grupo de lideranças comunitárias, parlamentares, entre eles o Deputado Sâmis da Silva, que vamos lutar para transformar a Unioeste Campus de Foz do Iguaçu numa universidade com autonomia plena. Autonomia administrativa, financeira, educacional, principalmente em relação à direção da Unioeste que está sediada em Cascavel. Já cansamos de lutarmos pela Unioeste e vermos os recursos, os bons cursos, as obras pararem, principalmente em Cascavel, e em função desse reclamo popular de Foz do Iguaçu e daquela região do extremo Oeste do Estado do Paraná, decidimos que vamos brigar, lutar pela nossa autonomia e temos certeza, até porque bons argumentos, bons motivos, justificadas razões para conseguir transformar o Campus da Unioeste de Foz do Iguaçu num Campus independente, autônomo, para dar à juventude daquela região a perspectiva de ter uma universidade de qualidade e para atender os interesses da coletividade educacional daquela região.

Portanto, só para fazer o registro Senhor Presidente é que ocupei esse espaço e agradeço a atenção do Senhor e todos os colegas Parlamentares.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Horário das Lideranças do PDT, PTB, PPB, PT, Liderança do Governo. Declinam.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 421/97, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sertãozinho imóvel de propriedade do Estado do Paraná, conforme especifica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 421/97.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 476/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que concede desconto de 505 em eventos culturais e artísticos para pessoas com idade superior a 50 anos. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões do Projeto de Lei nº 476/97.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 510/97, de autoria do Deputado Toti Colaço, que institui o dia 1º de outubro como o Dia do Vereador no Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 633/97, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que dispõe sobre a anistia aos Servidores Públicos Estaduais e dá outras providências. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 633/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, tem por objetivo dispor sobre a anistia aos Servidores Públicos Estaduais e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

Sobre o referido projeto Emenda de Plenário, de autoria dos Srs. Deputados Irineu Colombo, Luiz Carlos Martins, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Alborghetti e José Tavares, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 633/97

O Art. 2º do referido Projeto de Lei passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - O abono de faltas ocasiona o não apontamento das faltas em ficha funcional, facultando ao Poder Executivo o ressarcimento dos descontos efetuados".

Sala das Sessões, em 16.06.98.

(aa) IRINEU COLOMBO

LUIZ CARLOS MARTINS

GERALDO CARTÁRIO

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JOSÉ TAVARES

A Emenda será incorporada no bojo do Projeto. Em discussão. Encerrada a discussão. **Remetemos o projeto à C.C.J..**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 685/97, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que denomina a Rodovia PR-T-158 no trecho compreendido entre Av. Milton Rodrigues de Carvalho à BR-376 no Distrito de Sumaré em Paranavaí, de Rodovia Manoel da Rocha Oliveira. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 734/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 104/97, que considera como áreas especiais de interesse de turismo e locais de interesse turístico, as áreas e localidades situadas nos Municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Morretes e Pontal do

Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário, de nº 01, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 734/97

O Inciso B do Artigo 2º do Projeto de Lei nº 734/98, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º...

A - ...

B - Condicionamento à análise prévia para edificação de qualquer tipo de construção nas pontas e pontais do Litoral, estuários dos rios áreas de mangues, bem como nas faixas em torno das áreas lagunares e restingas."

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência, os meus elevados protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 16.06.98.

(a) CLEITON KIELSE

Apoiamentos:

Luiz Carlos Zuk, Nelson Justus, Orlando Pessuti, Sérgio Spada, César Seleme e 01 ilegível.

Em discussão. Encerrada a discussão.

Emenda incorporada no bojo do projeto, conseqüentemente o projeto irá retornar a C.C.J..

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 045/98, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que denomina de Vila Rural de Mandiocaba, no Município de Paranavaí, como Vila Rural Vereador José Dolvino Garcia. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 105/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a doar a Congregação das Irmãs Filhas da Cruz, imóvel no Município de Bocaiúva do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 163/98, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário da Zona Leste de Londrina, com sede e foro em Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera o objetivo do Plano de Aplicação da Lei nº 11.974 de 23.12.97, no que se refere ao município de Mauá da Serra. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. **EMENDA DA C.O..**

Com emenda na Comissão de Orçamento. Em discussão o projeto. A emenda em votação. (Ressalvada a emenda em votação ao Projeto). **Aprovado: o projeto, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.** Incorporada no bojo do projeto a emenda da Comissão de Orçamento.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/98, de autoria do Deputada Ironi Pugliesi, que altera o objetivo do Plano de Aplicação da Lei nº 11.974 de 23.12.97, no que se refere ao Município de Cambira. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.. **EMENDA DA C.O..**

Em discussão a emenda e o projeto. Em votação o projeto. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda da Comissão de Orçamento. **Aprovada.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Com louvor do Deputado Orlando Pessuti, e Miltinho Puppio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Voto favorável. Perfeitamente registrado, também com a anuência do Deputado Élio Rusch, que votou favoravelmente a Emenda da Comissão de Orçamento e o Deputado Duílio Genari, também.

O SR. ORLANDO PESSUTI

O Deputado Edson Lino, também.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

O Deputado Edson Lino e José Maria Ferreira, também. Perfeitamente anotado.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 187/98, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que institui o Cartão de Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. COM EMENDA MODIFICATIVA DA C.C.J.. Em votação o Projeto. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda Modificativa da C.C.J..
Aprovada. Incorporada no bojo do projeto.

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 197/98, de autoria do Deputado Aníbal Khury, que declara de Utilidade Pública o Banco da Mulher - Seção Paraná, com sede e foro em Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/98, de autoria do Deputado Aníbal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Apoio aos Portadores de Necessidades Educativas Especiais no Vale do Ivaí, com sede e foro em Ivaiporã. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/98, de autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Linha Alegria, com sede e foro em Medianeira. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 211/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Ronaldo Antonio Botelho. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 178/98, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que amplia o número de cargos de Motorista e de Vigia no quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 178/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Amplia o número de cargos de motorista e de vigia no quadro dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 1º - Ficam criados oito (8) cargos de motorista e seis (6) de vigia no quadro dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná,

instituído pela Lei Estadual nº 11.455, de 10 de julho de 1996.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.98.

(a) PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
JUSTIFICATIVA:

Em 19 de setembro de 1995, pelo Ofício nº 0958, o Ministério Público do Estado do Paraná, encaminhou a essa insigne Assembléia anteprojeto de lei visando instituir novo quadro e plano de carreira dos seus servidores (doc. 1).

Após a discussão e apreciação do anteprojeto afinal foi editada a Lei nº 11.455, publicada no Diário Oficial do Estado de 23 de julho de 1996 (doc. 2).

Acontece que no anteprojeto previa-se que o número de cargos de motorista seria vinte e oito e o de vigia dezoito, respectivamente.

No entanto, a Lei fez constar apenas doze novos cargos de motorista e oito de vigia, totalizando, com já existentes, dezoito cargos de motorista e nove de vigia (cf. anexo I da Lei).

Verifica-se, no entanto, conforme estudo realizado pelo Departamento de Recursos Humanos desta Procuradoria (doc.3), que há sensível defasagem, ainda, de oito motoristas e de seis vigias, em face das ingentes necessidades que ora se apresentam.

Tal disparidade dá-se em virtude do acentuado crescimento material da Instituição, onde se destaca o incremento da frota e número de imóveis.

Assim, e em relação aos motoristas, os veículos, sem eles, tão necessários à ação do Ministério Público, ficam estacionados, sem uso, prejudicando atividades essenciais, e quanto aos vigias, os edifícios e, pois, o próprio patrimônio público, ficam privados de efetiva segurança, à mercê de azares e agravos de toda ordem, que demandam custos elevados quando sucede algum sinistro ou a prática de alguma ilicitude, eis que o quadro atual destes servidores, em vista do limite constitucional de oito horas diárias, num total de quarenta horas semanais (cf. artigo 34, VII, da Constituição Estadual) é francamente insuficiente.

Em suma, Senhor Presidente, há absoluta premissa atual de se criar os cargos mencionados e previstos no anteprojeto.

De tais considerações, aguarda-se que essa digna Casa de Leis, sensível às iniciativas que venham em proveito da sociedade, pois ela é a única e natural destinatária de toda a ação do Ministério Público, possa oferecer sua imprescindível contribuição no aprimoramento do anteprojeto de lei que ora se submete à sua elevada apreciação fazendo por aprová-lo e, deste modo, instrumentalizando e capacitando este órgão a melhor cumprir

sua destinação de defesa do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 178/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que tem por objetivo ampliar o número de cargos de motorista e de vigia do Quadro Dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 18

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 219/98, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância- APMI, com sede e foro no Município de Santo Antonio da Platina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 75, de 02.06.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 219/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância- APMI, com sede e foro no Município de Santo Antonio da Platina- PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
DUILIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1112, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, com apoio do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1113, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1118 e 1119, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Com a palavra o ilustre Deputado Élio Rusch.

O SR. HÉLIO RUSCH (Pela Ordem)

Apenas para registrar a presença na sessão de hoje, do Prefeito de Campo Bonito, Odilon Pascoal que está prestigiando a sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 169, 183/98 e 187/97.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 178 e 219/98.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 679/97, 080, 161 e 186/98.

Levanta-se a sessão.